

## ÍNDICE

1. Introdução	19
1.1. Apresentação	19
1.2. Plano do estudo	20

### I

#### O BEM JURÍDICO E O TIPO LEGAL DO ART. 171º-1 E 2 DO CP

2. O bem jurídico-penal	25
2.1. Conceito	25
2.2. O princípio do direito penal do bem jurídico	28
2.3. O princípio da necessidade da tutela penal	29
3. O bem jurídico protegido pelo tipo legal do art. 171º-1 e 2 do CP	33
3.1. Caracterização	33
3.2. A dupla dimensão da liberdade sexual	45

### II

#### A ESTRUTURA DO TIPO LEGAL DO ART. 171º-1 E 2 DO CP

4. Os crimes de perigo abstrato	49
4.1. Conceito e justificação	49
4.2. Constitucionalidade	55
4.3. O grau de certeza acerca da perigosidade da conduta típica	59
5. O perigo abstrato no tipo legal do art. 171º-1 e 2 do CP	61
5.1. Generalidades	61
5.2. A consistência das presunções legais	65

5.2.1. Enquadramento	65
5.2.2. A incapacidade de autodeterminação sexual	67
5.2.3. O prejuízo para o livre desenvolvimento da personalidade, em particular na esfera sexual	76

### III

#### O ACORDO E O TIPO LEGAL DO ART. 171º-1 E 2 DO CP

6. Colocação do problema	93
7. O acordo e a estrutura do delito	97
8. A (ir)relevância do acordo no tipo legal do art. 171º-1 e 2 do CP	105

### IV

#### INCONSTITUCIONALIDADE DO TIPO LEGAL DO ART. 171º-1 E 2 DO CP?

9. Pertinência da interrogação	113
10. A discricionariedade do legislador na forma como tutela os bens jurídicos	119

### V

#### UM CRITÉRIO COMPLEMENTAR DA IDADE NO RECORTE DO TIPO LEGAL DO ART. 171º-1 E 2 DO CP

11. Considerações gerais	129
12. A assimetria de idade	133
13. A imaturidade	143
14. Reflexão crítica. Tomada de posição	159
15. Conclusão	163
Bibliografia	169
Jurisprudência	185